

A Educação Estadual de Goiás à Beira da Aprovação Automática dos Estudantes

Goiás State Education on the Verge of Automatic Student Approval

*Felipe Menezes Silva*¹

 <https://orcid.org/0009-0006-8222-181X>

Resumo

O presente artigo apresenta uma discussão acerca da situação da educação estadual de Goiás no tocante ao processo de progressão de série na rede pública. Para tanto, utilizou-se da análise da bibliografia pertinente ao tema, bem como das determinações das leis educacionais e das experiências testemunhadas e vividas pelos professores. Partindo do pressuposto de que cada aluno deve estar inserido na série (ou etapa) mais compatível com os seus conhecimentos escolares, e que a não observância desse requisito pode levar o ensino escolar a sérios problemas, discutir-se-á no decorrer do texto a forma com que as escolas públicas de Goiás estão gerenciando o processo de progressão de séries, sua aproximação de um modelo de aprovação automática, as consequências negativas e prejudiciais desse processo, e os possíveis caminhos, políticos e pedagógicos, para solucionar essa situação.

Palavras-Chave: Evasão; Aprovação automática; Ensino-aprendizagem; Política educacional.

Abstract

This article presents a discussion about the situation of state education in Goiás regarding the process of grade progression in the public school system. To this end, we analyzed the bibliography relevant to the topic, as well as the provisions of educational laws and the experiences witnessed and lived by teachers. Based on the assumption that each student should be included in the grade (or stage) most compatible with their academic knowledge, and that failure to observe this requirement can lead to serious problems in school education, we will discuss throughout the text the way in which public schools in Goiás are managing the process of grade progression, their approximation to an automatic approval model, the negative and harmful consequences of this process, and the possible political and pedagogical paths to solve this situation.

Keywords: Dropout; Automatic approval; Teaching-learning; Educational policy.

¹ Licenciado em Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás (IFG), Professor efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC/GO), e-mail: felipeserradourada@hotmail.com.

Introdução

Diante de um problema persistente de evasão escolar em nível nacional, e de uma corrida desenfreada e desorganizada para alcançar números e estatísticas educacionais apresentáveis aos órgãos financiadores e ao público votante, o governo tem caminhado cada vez mais no sentido de “maquiar” o rendimento escolar dos estudantes, dificultando, direta ou indiretamente, o processo de reprovação (mesmo quando este é julgado justo e necessário pelos professores) e pressionando a equipe escolar para manter o mínimo de alunos possíveis abaixo da média, independente do rendimento escolar. A partir dos testemunhos dos professores e de qualquer pessoa que possua mínima experiência na rede estadual de ensino público, percebe-se que a cada ano que se passa, professores e gestores em Goiás são pressionados a reprovarem uma quantidade cada vez menor, naturalizando a indisciplina e o descompromisso escolar. O que, por sua vez, leva os professores, dentre outros problemas, ao desgosto com a profissão, e os discentes a se desmotivarem, pois passam a perceber que, para progredirem de série, basta fazer o mínimo, ou até menos que o mínimo.

Entretanto, o que se nota é que, apesar dessa dinâmica imposta às escolas, os problemas relacionados a evasão persistem, as notas nas avaliações do ensino continuam longe do esperado, e os professores estão atolados à tarefa de recuperar as notas dos estudantes. Pois muitos alunos não estão na série compatível com os seus conhecimentos, e a desmotivação está cada vez maior, visto que já iniciam o ano letivo sabendo que as suas chances de serem aprovados no final do ano, são elevadas. Tal contexto das escolas públicas do estado de Goiás, no tocante ao sistema de progressão de séries, se aproxima do que se poderia chamar de “aprovação automática”.

Diante desse cenário, é urgente que se discuta a questão da progressão de etapas, ou seguiremos um caminho fadado ao fracasso. Pois não é facilitando ao máximo o avanço dos alunos nas séries, ou buscando números nas avaliações (tradicionalmente falhas em avaliar as competências dos alunos), que serão solucionados os problemas que afligem a educação brasileira, tais como a evasão e o desinteresse dos estudantes. O enfoque, por parte do poder público, em infraestrutura escolar, em valorização dos professores, e em auxílio financeiro aos estudantes de baixa renda, pode ser um caminho mais eficiente e significativo em prol do ensino e da aprendizagem do que aquele que vem sendo seguido nos últimos anos.

A Questão do Rendimento Escolar

Vale recordar que as motivações que levam um aluno a ter um baixo rendimento escolar são diversas, muitas vezes transcendendo os muros da escola. Problemas de natureza psicoemocional e socioeconômica assolam grande parte dos estudantes da rede pública de ensino, o que, sem dúvida, afeta o rendimento. Muitos alunos com indisciplina, falta de atenção, dificuldade de aprendizado, baixa frequência e desinteresse, possuem um contexto familiar e econômico que ajuda a explicar tais

problemas. Não é incomum perceber, em alguns estudantes, sinais de transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), depressão, ou autismo, e, ao mesmo tempo, constatar que os seus responsáveis ignoram completamente esses sinais, ou não lidam com eles de maneira adequada.

Somando-se às problemáticas citadas acima, tem-se ainda a falta de estrutura adequada nas escolas e de profissionais qualificados para trabalhar com os jovens das novas gerações, sendo estes muito mais conectados ao mundo da informação e do entretenimento rápido e acessível. Muitos professores, especialmente os mais velhos, possuem dificuldade com o mundo digital, a ponto de não conseguirem ministrar aulas com o auxílio do projetor (quando a escola o possui). Sem contar a desconexão que pode existir por parte desses professores com relação às vivências dos estudantes atuais, tanto do ponto de vista moral, quanto cultural.

De acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2019, Goiás ocupava o 3º lugar com relação aos anos iniciais, e o 1º lugar no ensino médio. Com base nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2019, a porcentagem de alunos com aprendizagem adequada nos anos iniciais da rede pública foi de 62,5% em Língua Portuguesa e 49,9% em Matemática. Já no ensino médio, o resultado foi de 40,8% em Língua Portuguesa e 8,4% em Matemática (Brasil, 2019). Já em 2023, o Estado de Goiás alcançou a maior nota do IDEB, com o resultado de 4,8 pontos (na escala de 0 a 10), seguido por Espírito Santo e Paraná, ambos com 4,7 (Todos pela Educação, 2023).

O IDEB é o principal indicador da educação básica no Brasil, e a sua avaliação considera: o índice de rendimento escolar, ou seja, as médias das taxas de aprovação dos alunos no ciclo avaliado; e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INEP), isto é, a média dos resultados dos alunos no SAEB, padronizado em uma nota de 0 a 10. O SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica, é o conjunto de avaliações externas em larga escala realizado pelo INEP. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos, o SAEB reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados.

Entretanto, o quão próximo estão esses resultados, os quais não são tão bons, do real rendimento escolar dos estudantes? Para qualquer professor, ou gestor, que já atuou na aplicação dessas provas, os índices obtidos deveriam ser ainda piores. Pois, primeiramente, é necessário um esforço enorme da escola para, pelo menos, conseguir com que os estudantes façam a prova, pois estes não veem sentido e motivação em fazê-la. O máximo que as escolas conseguem, no sentido de estimular a participação, é dar alguma premiação, geralmente, um lanche especial, ou atribuir uma nota extra, o que não promove grandes alterações nos resultados, pois os alunos já perceberam que as notas (e a aprovação) virão, independente das provas externas (na verdade, independente de quase qualquer coisa). Por conseguinte, mesmo que haja grande participação dos discentes, surge outra dificuldade: fazer com que eles respondam todas as questões, ou que, pelo menos, as leiam. Os mais desmotivados, que não são poucos, “terminam” a prova em poucos minutos, isto é, “chutam” todas as questões por preguiça de lê-las.

Somando-se a isso, tem-se outro problema: os conteúdos da prova são diversos, alguns dos quais os alunos nem chegaram a estudar, visto que conteúdos os programados no currículo, em qualquer disciplina, dificilmente se adéquam ao cronograma escolar. Por fim, além dos baixos índices, o que se tem como resultado é a pressão, que aumenta sobre a gestão, e principalmente, sobre os professores, para que façam “milagres pedagógicos” para melhorar os resultados.

E, como foi dito, para o cálculo da nota do IDEB é utilizado como um dos elementos a média de aprovação dos alunos em cada ciclo, de onde vem, em parte, a imposição sobre as escolas para reprovarem o mínimo possível de alunos, fazendo com que haja uma espécie de ciclo do baixo rendimento. Pois, para haver aprovação é necessário, dentre outras coisas, um mínimo em nota (ou rendimento), logo, o estudante deve utilizar essa dinâmica como um dos elementos motivadores dos seus estudos, uma vez que todos buscam a aprovação. Mas, dado que o sistema de ensino é debilitado, e que muitos estão envoltos em várias problemáticas sociais, psíquicas e econômicas que afetam o desempenho escolar, e que a aprovação está totalmente desconectada da efetividade da aprendizagem, o que se tem é o baixo rendimento dos discentes. Todavia, estes, no contexto escolar goiano, não poderão serem reprovados (salvo raras exceções), mas seguirão adiante sem terem aprendido o mínimo. Assim, quando for aplicada nas escolas alguma prova externa para avaliação de rendimento, ela tenderá a ser ignorada por grande parte dos alunos, pois as notas e a aprovação já são quase garantidas, e além do mais, eles se veem atrasados, em termos de conteúdo, para respondê-la.

A Questão da Recuperação

A lei de diretrizes e bases da educação de 1996 estabelece, no seu artigo 24, que a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita por, “promoção, com base no aproveitamento do aluno na etapa anterior; transferência, para os procedentes de outras escolas; e independente de escolarização anterior, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato” (Brasil, 1996). No tocante ao rendimento escolar a mesma lei estabelece:

a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos; a possibilidade de aceleração dos estudos para alunos com atraso escolar, a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; aproveitamento de estudos concluídos com êxito; a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo (Brasil, 1996).

Nota-se que as possibilidades para a progressão de séries (ou etapas) são diversas, sem contar que a recuperação escolar é outro fator que pode auxiliar nesse processo. Também é estabelecido que a progressão não se dará, necessariamente, por notas, mas também mediante a verificação do aprendizado. Entretanto, não há exigência nessa lei quanto a mínimos de reprovados por ano letivo, sendo está uma

questão geralmente delegada a política de cada estado, ou município, os quais também podem receber orientações dos órgãos educacionais superiores, como o Ministério da Educação (MEC).

Na rede pública do estado de Goiás, a recuperação costumava acontecer no final do ano letivo, sendo decidido em seguida se o aluno seria aprovado, se ficaria de pendência, ou se seria reprovado. Nos últimos anos vêm-se adotando a recuperação a cada final de bimestre, de modo que o professor fica responsável por propor alguma estratégia educativa aos estudantes que não tiveram um bom rendimento, num prazo de algumas semanas até o conselho de classe e fechamento das notas. Olhando essa dinâmica superficialmente, não parece haver motivos para a reprovação de um aluno, visto que as suas defasagens e dificuldades “podem sempre” serem sanadas nos momentos de recuperação. Entretanto, na prática, a situação é muito mais complexa do que pode parecer.

Uma das primeiras questões a ser observada é que o nível de atraso, que muitos discentes apresentam, nos conhecimentos formais do currículo escolar é muito grande, visto que uma parcela considerável de estudantes fora aprovada sem ter aprendido o mínimo nas séries anteriores, em razão da pressão que existe para aprovar quase cem por cento de cada turma. Assim, não é incomum encontrar alunos com dificuldades extremas no ensino médio, como por exemplo, não saber multiplicar e dividir, nem interpretar, ficando praticamente impossível haver uma recuperação de fato.

Outros pontos que precisam ser analisados são: o tempo que o professor possui para atuar nessas recuperações, tanto em sala de aula, quanto em casa no planejamento e nas correções de tarefas; a disposição que o aluno tem para recuperar a sua aprendizagem, dado que ele sabe que aprendendo ou não, a aprovação é quase certa; e qual será a abordagem aos alunos que não ficaram de recuperação enquanto o professor trabalha com os que ficaram. Como as defasagens geralmente são grandes, bem como o desinteresse dos alunos, fica inviável, num prazo de poucas semanas, recuperar a aprendizagem que não se obteve em anos. O que faz com que, na prática, muitos professores (sobrecarregados e desmotivados) elaborem uma atividade superficial e fácil, para passarem para o estudante fazer dentro do prazo da recuperação, visando “justificar” a elevação da nota (sabendo já de antemão que muitos a farão mediante cola ou outro meio ilícito, ou nem isso farão), a fim de evitar desgastes com a equipe gestora que exigirá notas regulares dos alunos.

A Questão da Reprovação

Diante do cenário exposto até aqui, como fica a questão da reprovação de um discente? Não estaria a escola piorando ainda mais a situação reprovando um aluno que muitas vezes é vítima, lá fora, de uma série de problemáticas sociais e econômicas? Não contribuiria ainda mais para aumentar a evasão escolar e o desinteresse do aluno? A resposta é um tanto complexa e, com certeza, não se esgota nesse artigo, porém uma reflexão será apresentada adiante.

Conforme os dados do INEP acerca do fluxo escolar, em 2005 a taxa de aprovação na rede estadual de goiás foi de 82,7% na 3ª série do ensino médio, o que corresponde a 26 alunos não aprovados

a cada 100 estudantes. Em 2015 a taxa de aprovação subiu para 90,2%, isto é, 12 não aprovados a cada 100 estudantes; já em 2021, a taxa atingiu 98,4%, o que significa 2 reprovados a cada 100 estudantes. No 9º ano do ensino fundamental esse resultado chegou a 98,8% em 2021, ou seja, 1 aluno não aprovado a cada 100 estudantes (INEP, 2021).

Após a leitura desses resultados, inevitavelmente levanta-se as seguintes indagações: a cada grupo de 100 alunos da 3ª série do ensino médio só havia dois alunos inaptos para aprovação em 2021? Todos os demais tiveram aprendizado e aproveitamento escolar satisfatório? Ou tais aprovações foram resultados da pressão exercida sobre as escolas para aprovarem o máximo possível, a fim de melhorar o resultado do IDEB, conforme hoje se vê? Qualquer professor ou professora que trabalhem (ou que já trabalharam) na rede pública de ensino, dirá que esses resultados são frutos da pressão exercida sobre as escolas. Tudo indica que o que está em jogo não tem a ver com o ensino, e nem com a aprendizagem, mas em apresentar à população os resultados numéricos, de significado e origem desconhecidos para o público leigo, a fim de “maquiar” os reais problemas e angariar popularidade política aos envolvidos nessa dinâmica.

Diversos conteúdos do currículo escolar, em qualquer disciplina, pressupõem um antecessor como requisito para aprendê-lo. É o caso, por exemplo, das quatro operações básicas para Matemática, da citologia para a Biologia, da interpretação de texto para as demais disciplinas etc. Todas funcionam como base para se aprender conteúdos posteriores, ou seja, um aluno que estiver na 2ª série do ensino médio precisa ter assimilado determinados conhecimentos nas séries anteriores, necessita ter um certo arcabouço de conhecimentos para poder assimilar os novos saberes que serão apresentados a ele. O que se nota nos últimos anos é que uma grande quantidade de alunos não possui conhecimentos mínimos para aprenderem os conteúdos da série em que estão, resultado, dentre outros fatores, de anos e anos de aprovação forçada, de modo que fica inviável a atuação do professor na recuperação do conhecimento deixado para trás. Além do mais, o professor tem os saberes novos para ensinar, os quais já consomem um bom tempo de trabalho. Esse aluno, aprovado forçadamente diversas vezes, tenderá a ficar desmotivado em razão da dificuldade para aprender os conteúdos novos, e essa desmotivação pode resultar em baixa frequência, indisciplina na sala e, conseqüentemente, no desestímulo do professor e dos demais estudantes.

Outro ponto importante, é o impacto negativo que se gera nos alunos ao perceberem que a sua aprovação é quase certa. E essa situação é facilmente notada pelo próprio estudante e pelos colegas quando percebem que um discente não frequente, indisciplinado, desrespeitoso, e que não assimilou nenhum conteúdo (apesar dos esforços da escola), fora aprovado. Aprovar um aluno nessas condições é, de certa forma, contribuir para a perpetuação de condutas ruins; é ensiná-lo que basta ir “empurrando com a barriga” que no final se dá “um jeitinho”; é levá-lo adiante com mais desfalques de conhecimentos; é confirmar aos pais, principalmente aqueles que só aparecem para buscar o boletim de notas, que o filho está tendo resultados positivos em sala. Quase todo professor da rede pública de Goiás

já deve ter ouvido, pelo menos uma vez, alguns estudantes dizerem coisas do tipo: “nem eu sei como eu passei”, “não é possível que o fulano passou”, “eu não vou fazer nada, pois já sei que serei aprovado”.

Por outro lado, sabe-se que a avaliação de um aluno deve ser muito mais abrangente do que o modelo tradicional, meramente quantitativo, que não leva em consideração o contexto do estudante, suas potencialidades e evoluções. Entretanto, é difícil aplicar um sistema de avaliação mais completo, pois os prazos, a desorganização escolar, a pressão por meros resultados quantitativos, e a desmotivação dos alunos, acabam por sucumbir o trabalho do professor.

Percebe-se então que, na medida em que pode ser válida a crítica ao ato de reprovar alunos, por temer a instauração de um sistema punitivo, ou por temer um aumento da evasão, tem-se que o modelo de aprovação automática, ou quase automática, não constitui solução, nem melhoria, nem benefício, mas, ao contrário, contribui para a desorganização da vida escolar, prejudica o aprendizado e a motivação até dos estudantes com melhor rendimento, além de passar uma péssima lição educacional para o aluno: a de que não é necessário se empenhar.

Possíveis Caminhos Alternativos

Acerca da evasão tem-se um problema histórico e multifatorial. O Brasil foi um dos últimos países dentre as principais nações a estruturar algo que se aproximasse de um sistema educacional. Enquanto muitos países, ainda no século XIX, já se empenhavam no sentido de universalizar a educação, laica e pública a todos, o Brasil se via afundado na educação de viés religioso, elitista, com professores sem preparo e formação, e com o ensino muito longe de atingir a um caráter igualitário. Tal cenário progrediu lentamente até a constituição de 1988, de modo que muitas famílias que hoje possuem pouca ou nenhuma escolarização, as quais não conseguem dar o devido acompanhamento na vida escolar dos filhos, são resultados da negação da educação para grande parte da população nas décadas passadas. A falta de apoio e acompanhamento familiar exerce grande influência no problema da evasão. Segundo Saviani (2021), em 1890 o Brasil tinha 85% de analfabetos, caindo para 33,68% no censo de 1991. O problema econômico é outro fator importante no sentido de desviar o foco dos alunos, os quais, muitas vezes, são impelidos a procurarem um emprego o quanto antes, a fim de ajudar nas despesas familiares, o que no mínimo afetará o desempenho, podendo progredir para a evasão. Sem contar que a vida escolar continua sendo desinteressante para a maioria dos estudantes, dada a falta de perspectiva e sentido no que se estuda e a falta de estrutura nas escolas.

Vale reconhecer que está havendo progresso na educação e que não será do dia para a noite que tais problemas serão resolvidos. O atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado, fez vários investimentos importantes na vida estudantil dos alunos, tais como as reformas em diversas escolas, a entrega de *chromebooks* para professores e para os alunos do 3º ano, a ajuda financeira de pouco mais de 100 reais aos estudantes do ensino médio, além do material escolar e do uniforme gratuito. Mas, junto a esse

progresso, tem-se também a intensificação da busca por resultados numéricos, tais como o IDEB, e aprovação desregrada dos estudantes como um dos meios para atingir esses objetivos.

Para lidar com as problemáticas que envolvem a educação goiana é necessária atuação política para além dos muros da escola. Abordar questões como a desigualdade social, a estrutura urbana, a possibilidade de ascensão social, a ampliação do acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, são essenciais para o desenvolvimento da educação, visto que esta não está presa aos muros da escola. Enquanto em escolas de outros países, o aluno pode, a partir da sua vivência escolar, ter possibilidades reais de ascensão social por meio do esporte (em várias modalidades), da música, do teatro, ou do próprio rendimento escolar, o aluno pobre brasileiro não vê na educação perspectiva de mudança de vida. Dificilmente será visto em alguma escola pública goiana a possibilidade de se praticar algum esporte além do futsal (e em alguns casos o vôlei), e geralmente em quadras minúsculas, quase nunca transparecendo possibilidades de profissionalização. Na música também há pouco incentivo, bem como no teatro. Dá pra imaginar a quantidade de talentos, em diversas áreas, que são desperdiçados todos os anos devido à escassez de oportunidades. O aluno termina o ensino médio geralmente sem saber qual é a sua vocação, e quais são suas aptidões.

Em meio a esse ambiente desmotivante e favorável ao abandono escolar e a evasão, tem-se um processo de aprovação quase automática dos alunos, o que vem gerando uma verdadeira desregulação da ordem escolar. Se o aluno, ao ser matriculado em uma escola, tivesse a garantia de que o seu prosseguimento nos estudos está condicionado a uma certa medida de disciplina, de ética, de respeito, de comprometimento (condutas essas tão essenciais à fase adulta do aluno), e de aproveitamento; e se a punição a não observância desses requisitos não fosse encarada apenas como um impedimento à evolução em dados estatísticos (como o IDEB) e sim como medida realmente educativa; começaríamos por ter um mínimo de ordem e respeito na escola, cuja imagem já é manchada pelos problemas citados anteriormente. E mais, não há estrutura, investimento, estratégia e metodologia pedagógica que dê conta de uma escola desorganizada, sem regras, sem respeito. A busca por resultados quantitativos em provas externas de Português e Matemática, nunca vai demonstrar um efetivo interesse na educação dos nossos jovens. Não podemos perder a essência da especificidade da educação e do trabalho educativo. Conforme argumenta Saviani, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 1994, p. 17).

Talvez o artigo que ora se encerra, tenha trazido até aqui (aos olhos do leitor) uma espécie de defesa da educação tradicional, por enfatizar a questão da ordem, da disciplina, e da reprovação; ou que esteja colocando “nas costas” do governo estadual a culpa por problemas de longa data, que fogem à esfera de ação estadual. Nesse caso, vale a ressalva de que questões de ordem prevalecem em qualquer proposta educacional, mesmo naquelas que colocam o aluno como centro do processo educativo, e que é difícil pensar em educação onde não há ética, comprometimento, respeito etc. Porém, pode-se

concordar, que muitos dos problemas citados transcendem o poder estadual, e também não são problemas que apareceram agora, mas, ao contrário, são profundos e historicamente enraizados no sistema de ensino nacional. Todavia, atualmente, certas condutas de viés político, como o pressionamento para aprovação dos alunos e a busca por meros resultados quantitativos, ocorrem de forma escancarada em Goiás, e vem levando a educação do estado a um verdadeiro lamaçal de desorganização e ineficiência.

Referências

BRASIL, República Federativa do. **Relatório de Avaliação do IDEB e SAEB**. Ministério da Educação, 2019.

BRASIL, República Federativa do. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, República Federativa do. **Dados do Fluxo Escolar**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

EDUCAÇÃO, Todos pela. **Panorama da Educação Básica de Goiás**. São Paulo: 2023.



Este artigo está disponível em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Attribution, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.